

ARTIGO



Flávio Guimarães*

O labirinto do poder: governança estrutural, segurança jurídica e eficiência operacional

No dinâmico cenário corporativo contemporâneo, a interseção entre o poder — compreendido como a prerrogativa legal e a autoridade de liderança — e a responsabilidade civil e administrativa constitui o cerne da sustentabilidade empresarial. Longe de ser um debate puramente abstrato ou filosófico, o equilíbrio entre esses dois vetores é um desafio prático de alta complexidade, que exige dos gestores uma visão holística, jurídica e operacional.

Sob a ótica da Administração, o descompasso entre a autoridade concedida e o dever de responder pelos atos gera um ambiente propício à ingerência e ao descontrole sistêmico. Quando transpomos essa realidade para a Engenharia de Processos, percebemos que a ausência de fluxos bem delimitados e de uma governança clara atua como um gargalo produtivo. O atropelo de etapas, a omissão na tomada de decisões e a falta de transparência não são apenas falhas éticas; são desperdícios operacionais que comprometem a rentabilidade e a eficiência de qualquer organização.

Contudo, é no ordenamento jurídico que esse desequilíbrio encontra o seu maior risco. O mercado atual não tolera mais a opacidade ou o chamado

“despreparo profissional”. A negligência e os arranjos de conveniência — os populares “conchavos” — frequentemente desagüam em severas contingências legais, responsabilidades solidárias, fraudes e passivos que podem arruinar a reputação e a saúde financeira de uma instituição. É imperativo compreender que o profissionalismo e a imparcialidade não são meros adornos corporativos, mas salvaguardas jurídicas indispensáveis.

Grandes líderes dominam essa engrenagem. Eles aplicam o poder e a influência de forma estratégica, entendendo que a verdadeira liderança se apoia na conformidade (compliance) e na valorização do capital humano. Mais do que isso, assumem o ônus e o bônus de suas posições, blindando a empresa contra vulnerabilidades e inspirando suas equipes através de uma conduta íntegra e transparente.

Infelizmente, ainda testemunhamos uma disfunção organizacional grave: a assimetria na delegação de atribuições. Isto ocorre quando se atribui a responsabilidade por um resultado a um subordinado sem, contudo, outorgar-lhe o poder e a autonomia necessários para a execução dos processos. Trata-se de uma falha grave de de-

sign organizacional e de uma injustiça corporativa. O profissional é transformado em um “bode expiatório” pelos fracassos da alta gestão. Esse cenário de desequilíbrio é o oposto do planejamento estratégico eficaz.

Para mitigar esses riscos e potencializar os lucros, as empresas precisam investir em uma arquitetura organizacional que alinhe os aspectos legais aos processos de engenharia de produção e às práticas modernas de gestão. Mitigar o erro humano e o abuso de poder exige desenhar processos robustos, auditáveis e juridicamente seguros.

Por fim, cabe uma reflexão sobre a transitoriedade das posições que ocupamos. Cargos de direção, gerência ou supervisão são estados passageiros; são funções que “estamos” exercendo, não o que “somos”. A única constante imutável é a nossa condição humana e a finitude da vida. Diante dessa realidade, a verdadeira sabedoria executiva reside em deixar um legado de excelência, integridade e conformidade. Buscar o equilíbrio entre o poder e a responsabilidade, do início ao fim de cada ciclo, é a solução mais inteligente para transformar riscos em oportunidades e garantir a perenidade dos negócios no mercado atual.

Vamos refletir sobre isto?

*é mestre pela UFPA, diretor de Educação da ABRH e coordenador dos cursos tecnológicos e da pós-graduação da Faculdade Estácio do Amazonas

ARTIGO



Thomaz Meirelles*

O que mantém o secretário ongueiro da Sema no cargo?

Não sou apenas eu. Vários leitores dos meus artigos no JJC e no Thomaz Rural perguntam o que explica a permanência do atual titular da Sema no cargo por 7 anos diante do caos ambiental no Amazonas. Aqui nada anda, só os ilícitos. A dúvida surge porque, diferentemente de outros órgãos do governo, não se conhece publicamente uma base de apoio político ou parlamentar que sustente sua permanência. Os questionamentos são muitos. O ZEE (Zoneamento Ecológico-Econômico) do Amazonas, compromisso assumido na campanha de Wilson Lima, continua sem sair do papel. Até hoje, o caboclo amazonense não viu um centavo dos discursos envolvendo REDD+ e crédito de carbono. O licenciamento ambiental segue sendo alvo de críticas por parte de empreendedores que reclamam da demora dos processos e acabam direcionando investimentos

para outros Estados. O evento Eco Amazônia mostrou a baixa geração de renda nas Unidades de Conservação. Paralelamente, o Ministério Público Federal já recomendou parar o REDD+ e Crédito de Carbono do Estado. Também existem investigações conduzidas pelo Ministério Público de Contas envolvendo relações institucionais entre Sema, FAS, banco KfW e a aplicação de recursos milionários. Outro ponto frequentemente lembrado é que o atual secretário veio da FAS (Fundação Amazônia Sustentável), organização historicamente associada a posições contrárias ao asfaltamento da BR-319. Soma-se a isso o atraso no programa Guardiões da Floresta. O que chega das comunidades é a informação de que muitos pagamentos dependeriam da entrada de recursos provedores de projetos de crédito de carbono. Há ainda quem sustente que a permanência do

secretário esteja ligada às expectativas envolvendo o mercado privado de carbono e à captação de recursos internacionais que não mudou a realidade do interior. Minha posição é clara: se eu fosse governador, buscaria um quadro técnico amazonense, formado pela Ufam ou pela UEA, para comandar a política ambiental pública do Estado. Há mais de uma década a área ambiental estratégica do Amazonas é ocupada por pessoas oriundas do universo das ONGs, especialmente da FAS, mineiro e carioca, amigos da Marina e do PT. Não temos amazonense competente para o cargo? O Amazonas precisa de uma política ambiental que preserve a floresta, mas que também gere renda, oportunidades e desenvolvimento para quem vive nela. Os nossos IDHs mostram que está tudo errado. Caos total no Amazonas.

Sigo fazendo minha parte.

*é servidor público federal, administrador, especialização na gestão da informação ao agronegócio — thomaz.meirelles@hotmail.com

ARTIGO



Mamud Said*

Junho Violeta – amar, cuidar e proteger

É fato comprovado que a tendência da nossa nação é se tornar um país com uma população, em sua maioria, composta por pessoas idosas daqui a alguns anos. Contudo, esta realidade precisa ser encarada com responsabilidade por todas as nossas autoridades. Estamos em um mês alusivo ao combate à violência contra as pessoas que estão na terceira idade. E este ainda é um dos principais gargalos que ainda enfrentamos enquanto população. Conforme dados divulgados pela ONDH (Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos), o número de casos de violência contra os idosos no Brasil aumentou 38%, com mais de 65 mil denúncias registradas nos primeiros meses de 2025. Esta estatística alerta e reforça um cenário bastante preocupante, pois muitos idosos são vítimas de abusos em suas próprias casas.

Em virtude de acontecimentos e dados tão graves como estes que abordamos aqui, datas como o dia 15 de junho, quando é celebrado o Dia Mundial de Conscientização da Violência Contra a Pessoa Idosa, são cada vez mais importantes e simbólicas, para tratar de um

problema crônico e terrível, muitas vezes ignorado ou minorado por parte da sociedade e por autoridades. Esta é uma questão que precisa ser trabalhada por meio de políticas públicas consistentes e de estado. Essa situação do envelhecimento populacional se mostra cada vez mais latente, quando analisamos que proporção de jovens no Brasil, por exemplo, que representa pessoas com menos de 30 anos de idade, caiu de 49,9% para 41,4%, entre os anos de 2012 a 2025. Em termos absolutos, o grupo sofreu uma redução de mais de 10 milhões de pessoas, saindo de 98,2 milhões para 88,0 milhões no período. Por outro lado, o número de idosos no Brasil aumentou, subindo de 11,3% para 16,6% no mesmo recorte temporal. Os dados são da pesquisa Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Em nosso arcabouço jurídico já temos iniciativas importantes quanto a proteção dos cidadãos nesta fase da vida. Por exemplo, o Estatuto do Idoso (Lei Federal nº 10.741 de 1 de outubro de 2003), em que são estabelecidos os direitos desta

parcela da população e onde são previstas as punições a quem os infringirem. Assim como a nossa Carta Magna de 1988 (Constituição), esta regulamentação enfatiza o dever que os filhos maiores de idade possuem no que concerne ao bem-estar e à saúde dos pais idosos. Através dessa lei também é considerado idoso a pessoa a partir dos 60 anos de idade. Porém, somente a questão normativa não é o suficiente. É necessário ser feito um trabalho de base, que ensine às crianças desde cedo a importância de se respeitar os mais velhos e por eles ter a devida consideração. Também é imprescindível se pensar em um sistema previdenciário e de saúde que supra as reais necessidades da parcela ‘sênior’ da sociedade, de maneira digna e cidadã. Algumas iniciativas têm vindo ao encontro deste novo momento, como a lei nº 13.466, de 12 de julho de 2017, que estabelece a figura da super prioridade ou do ‘super idoso’, em que aqueles que possuem mais de 80 anos tenham preferência sobre os demais idosos.

Essa questão do crescimento da expectativa de vida tem se mostrado uma realidade no cenário tanto

do Brasil quanto do Planeta, porque a proporção de adultos na idade da aposentadoria aumentou de forma exponencial. Hoje, existem cerca de 901 milhões de pessoas idosas com 60 anos ou mais no mundo. Este número seguirá aumentando, de acordo com a tendência, que aponta para um avanço constante ao longo das próximas décadas. Em 2050, a projeção indica que haverá 2,1 bilhões de pessoas nessa faixa etária. O total representará aproximadamente 21,5% da população mundial. E justamente estas informações tanto nacionais quanto globais nos mostram uma transformação demográfica profunda e progressiva, que impacta políticas públicas, sistemas de saúde e a qualidade de vida destas pessoas no Brasil e em outros países também.

Em contraste a tantos retratos hostis aos nossos idosos, começando pelo nosso Brasil, infelizmente, existem nações como a Suíça, que nesta questão ficou em primeiro lugar entre todos os países analisados dentro desta temática. As políticas e programas do País foram citados como exemplo, porque promovem saúde e um

ambiente positivo para os idosos.

Uma pessoa com 60 anos, por exemplo, pode viver, em média, mais 25 anos lá. Desse, 19 são considerados anos com boa saúde. Os moradores relatam elevada satisfação com conexões sociais e liberdade cívica. A cobertura previdenciária chega a 100% entre adultos com mais de 65 anos. A Suécia, por sua vez, se destaca em emprego e escolaridade para as pessoas com mais de 60 anos também. O País aparece com índices superiores às médias regionais nesses quesitos. Os idosos suecos relatam alta satisfação com segurança, liberdade cívica e transporte público. O Japão, aliás, é até hoje outra nação reconhecida como uma das melhores para a terceira idade, no que tange ao tratamento que, historicamente, é dado para os mais velhos. Países como Suécia, Alemanha, Canadá, Holanda, Islândia, Estados Unidos e Reino Unido sempre figuram entre os mais bem posicionados neste assunto tão crucial para toda a sociedade. A Noruega também aparece entre os primeiros colocados. O país se sobressaiu na categoria capacidade, porque tem uma taxa de emprego de 71,1% entre idosos. Esse ín-

dice supera a média regional em quase 15 pontos percentuais. Outro ponto relevante é o nível de escolaridade. A Noruega possui a maior taxa de escolaridade entre pessoas com mais de 60 anos.

Como cidadãos, devemos lembrar sempre que aquilo nós ‘semearmos’ hoje vai determinar o que vamos ‘colher’ amanhã, especialmente se tivermos o privilégio de chegar à terceira idade, principalmente tendo saúde, vitalidade e qualidade de vida. Não poderia deixar de terminar este Artigo sem destacar 3 versículos da Bíblia Sagrada, a Palavra de DEUS, que exemplificam bem a importância que há em ensinar os menores a fazer o que é correto e também o quanto é relevante que honremos, com nossas palavras e atitudes, aqueles que já vivem há mais tempo que nós: “Ensina a criança no caminho em que deve andar; e até quando envelhecer não se desviará dele.” (Provérbios 22:6); “Levantem-se na presença dos idosos, honrem os anciãos, temam o seu Deus. Eu sou o Senhor.” (Levítico 19:32) e “Os cabelos brancos são uma coroa de honra que é encontrada no caminho da justiça.” (Provérbios 16:31)

*é administrador formado pela Universidade Federal do Amazonas